

LEI Nº 3.990, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.



Revoga o Parágrafo Único do art. 1º; insere os §1º e §2º ao art. 1º; altera a redação do art. 3º e insere os incisos I e II no art. 3º; e insere o art. 3-A; todos da Lei 3.501 de 25 de novembro de 2013, que Proíbe a inauguração de obras inacabadas por todos os órgãos do Poder Executivo e Legislativo, bem como os da administração direta e indireta do Município de Sapucaia do Sul.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art. 34, IV e art. 60, §3º e §6º da **Lei Orgânica** do Município, promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo Único do art. 1º da Lei 3.501 de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º Fica acrescido no art. 1º o §1º e §2º da Lei 3.501 de 25 de novembro de 2013, que terá a seguinte redação:

Art. 1º [...]

§ 1º Qualquer cerimonial de inauguração e entrega de obra pública no Município de Sapucaia do Sul/RS deve ser precedido do efetivo desenvolvimento regular para as atividades fins a que se destinam estando apta à fruição da utilidade.

§ 2º Para fins desta Lei, obra pública é toda a construção, reforma e ampliação custeada, total ou parcialmente, pelo Poder Público Municipal, administração direta ou indireta.

Art. 3º Fica alterada a redação do art. 3º e insere os incisos I e II na Lei 3.501 de 25 de novembro de 2013, que passa a ter a seguinte:

"Art. 3º-Consideram-se obras impossibilitadas de atender a população de imediato as:

I - incompletas ou inacabadas: aquelas que estejam aptas a entrarem em funcionamento por não preencherem as exigências legais; e

II - não possam ser usufruídas de imediato pela população: aquelas que embora concluídas,

possuam pendências para atender à população, como ausência do número mínimo de profissionais para prestação do serviço, falta de material de uso cotidiano indispensável ou equipamento imprescindível ao atendimento dos cidadãos".

Art. 4º Fica acrescido o art. 3º-A na Lei **3.501** de 25 de novembro de 2013, que terá a seguinte redação:

"Art. 3º-A Realizado o ato de entrega e inauguração da obra pública, terá o órgão responsável o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para iniciar as atividades fim a que se destina, sob pena de sanções previstas em Lei".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL MORAES
(Raquel do Posto)
Vereadora Presidente
GERVÁSIO SANTANA
Vereador Secretário

[Download do documento](#)